

UM OLHAR PARA O CUIDADO: O IMPACTO DO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO CRIANÇA FELIZ NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Camila Viana de Oliveira¹; Amanda Carla Daluz Oliveira²; Ellen Vitória Pereira Silva³;
Maria Vitória da Penha Silva⁴; Andréia Araújo da Nóbrega⁵

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Catolé do Rocha, PB, Brasil, e-mail: camila20240001046@alu.uern.br

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: amanda20240000423@alu.uern.br

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: ellen20240001547@alu.uern.br

⁴Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: maria20240040901@alu.uern.br

⁵Professora Orientadora do Departamento de Educação do *Campus* Avançado de Patu (UERN), e-mail: andreianobrega@uern.br

INTRODUÇÃO

A primeira infância, que vai desde o nascimento até aproximadamente os seis anos de idade, constitui uma fase fundamental da vida humana. Refere-se a um período de construção e de diversas transformações, no qual a criança se desenvolve de forma integral, física, emocional e cognitivamente.

Nos primeiros anos de vida, a criança é totalmente dependente dos adultos ao seu redor, tanto para se sentir segura quanto para garantir seu desenvolvimento. Nessa fase, o vínculo afetivo com seus cuidadores é vital, pois influencia diretamente na maneira como a criança percebe a si mesma e ao mundo ao seu redor. Como afirma o documento oficial do Programa Criança Feliz: “Nesse período, a família é a principal mediadora da relação da criança com o mundo e a principal facilitadora dos processos de desenvolvimento” (Brasil, 2017, p. 7).

Admitindo que a família tem uma importância fundamental nos primeiros anos de vida, faz-se necessário que as políticas públicas de assistência social, assegurem e estimulem esse cuidado com todas as crianças. Nesse sentido, destaca-se o Programa Criança Feliz, criado no ano de 2016, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento integral de crianças em situações de vulnerabilidade social, especialmente aquelas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família¹, bem como as crianças com deficiência.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do acompanhamento realizado por meio das visitas domiciliares e das ações realizadas pelo Programa Criança Feliz no desenvolvimento infantil, tendo o cuidado com eixo dessas intervenções.

¹ Bolsa família- programa do Governo Federal que garante um auxílio mensal para as famílias em situação de pobreza.

Diante dessa perspectiva, a realização deste trabalho justifica-se pela relevância social do Programa Criança Feliz, que faz parte do Programa Governamental Primeira Infância² do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que pode ser descrito como um programa de Assistência Social que atua de forma integrada aos serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), fortalecendo o acompanhamento familiar e o cuidado com a primeira infância. Ademais, a pesquisa contribui para incentivar a participação em debates sobre políticas públicas voltadas à primeira infância, ampliando a compreensão acerca das práticas de cuidado e proteção das crianças nessa fase tão decisiva.

Como fundamentação teórica, nos baseamos em autores que discutem a infância e os cuidados relativos a essa fase da vida humana, como: Edson José Ferrari (2024), Ronan da Silva Parreira Gaia, Thais Peterossi Cândido e Washington de Bessa Barbosa Júnior (2019), Ana Cristina Brito Arcoverde, Elisa Celina de Alcantara e Josinete de Carvalho Bezerra (2019). Além disso, fizemos uma consulta ao documento oficial do Programa Criança Feliz (2017), que fundamenta a prática, orienta e norteia os profissionais que atuam no programa supracitado.

METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em um estudo bibliográfico, na qual os dados foram produzidos a partir de artigos e documentos oficiais. Além disso, foi adotada uma abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar o impacto do Programa Criança Feliz no desenvolvimento infantil a partir de publicações teóricas. Nesse sentido, “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (Bogdan; Biklen apud Lüdke; André, 1986, p. 11). Essa abordagem permite analisar de forma mais aprofundada os aspectos sociais, emocionais e educacionais, que se encaixam no acompanhamento da primeira infância, perpassando dados quantitativos.

Os materiais consultados foram textos que tratam do acompanhamento infantil, políticas públicas para a primeira infância e um relato do impacto do Programa Criança Feliz na formação integral da criança. Os textos selecionados foram escolhidos dos sites IRB – Instituto Rui Barbosa, MDS – Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal, Portal de Periódicos UFSM e o Portal de Publicações Eletrônicas da UERJ. As leituras serviram como base para entender o programa, sua importância e a função do Estado no acompanhamento de políticas públicas que tragam mais igualdade de recursos e oportunidade de informações sobre a infância. Por se tratar de um estudo bibliográfico e sem envolvimento direto com seres humanos, esta pesquisa considerou os preceitos éticos de uma pesquisa acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa Criança Feliz foi criado pelo Governo Federal em 2016, por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Ele foi instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no qual hoje é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O programa nasceu dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Infantil e foi integrado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

² Programa Governamental Primeira Infância- política pública que visa garantir o desenvolvimento integral de crianças com faixa etária de 0 a 6 anos.

Nesse sentido, o programa procura impactar positivamente na criação dos vínculos familiares e na redução de problemas sociais que cada vez mais assolam mais famílias brasileiras. Como afirma Ferrari (2024, p. 20):

Quanto mais a criança nasce em condições de vida de qualidade, tendo cuidadores que oferecem atenção, estímulos, carinho, amor, afeto, cuidados e fortalecem o vínculo com as crianças, o cérebro dessa criança forma sinapses entre os neurônios cerebrais. Isso facilita que esse ser humano, ainda em seus anos iniciais, possa ter condições de desenvolvimento o mais próximo do integral, para ser um cidadão ou cidadã completos com todas as potencialidades de uma vida plena.

O acompanhamento do programa é feito a partir de visitas domiciliares, o qual tem como público prioritário de acordo com Guia para Visita Domiciliar, (2017, p. 14) “gestantes, crianças de até 3 (três) anos e suas famílias beneficiárias do Bolsa Família; [...] crianças de até 6 (seis) anos e suas famílias beneficiárias do BPC2; [...] crianças de até 6 (seis) anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.” Além disso, segundo o Guia para Visita Domiciliar (2017, p. 20):

Como as ações do Criança Feliz serão desenvolvidas por profissionais lotados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), muitas das famílias, público-alvo, já estarão inseridas nesse equipamento por estarem em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, incluídas nos programas de transferência de renda Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada.

Diante dessa perspectiva, é notório que a criação de programas sociais que ajudem a combater a desigualdade social e sejam responsáveis pela promoção de auxílio e informação são essenciais para tornar a infância das crianças brasileiras mais segura. Uma pesquisa realizada na cidade de Ribeirão Preto – SP, investigou a atuação do Programa Criança Feliz no município e trouxe apontamentos relevantes para se pensar a importância do programa em áreas mais necessitadas. De acordo com os autores Gaia, Cândido e Barbosa Júnior (2019, p. 114):

O Programa Governamental Primeira Infância no SUAS, no qual tecnicamente se insere o Programa Criança Feliz (PCF), objeto de estudo do presente trabalho, constitui-se como programa de Assistência Social nos termos do artigo 24 da LOAS, como ações socioassistenciais complementares e integradas a serviços e benefícios socioassistenciais, (no caso integrado e complementando o PAIF/CRAS – Serviço de Atendimento a Indivíduos e Famílias/CRAS/SUAS), que visam qualificar, melhorar e incentivar os benefícios e serviços de Assistência Social.

O artigo citado trata do Programa Criança Feliz na cidade de Ribeirão Preto – SP, contribui para compreender como o programa é implementado em diferentes realidades. Ainda para os autores Gaia, Cândido e Barbosa Júnior (2019, p. 118):

Por meio de observação empírica, durante visitas aos territórios de abrangência do programa, bem como de escuta pessoal junto às famílias atendidas nestas regiões, podemos identificar que o território de abrangência do CRAS 6 apresenta expressiva vulnerabilidade social, bem como escassez de equipamentos públicos (de Saúde, Educação e Assistência Social) no território e a dificuldade das famílias se locomoverem até os equipamentos mais próximos traz, muitas vezes, a sensação de invisibilidade e exclusão social (s.i.c.).



Embora os resultados apontem para o fortalecimento dos vínculos familiares e o estímulo ao desenvolvimento infantil, Arcoverde, Alcantara e Bezerra (2019) alertam que o programa também pode reforçar uma lógica de “culpabilização das famílias”, responsabilizando-as por condições de vulnerabilidade que decorrem de desigualdades estruturais. Sendo assim, as autoras destacam, ainda, que políticas sociais exigem uma responsabilidade mútua entre Estado e Família.

Assim sendo, não é subtraindo suas funções que o atendimento aos sujeitos em vulnerabilidade será viabilizado, uma vez que, enquanto prevalecer o sistema capitalista, ao Estado cabe o dever de garantir direitos e, dessa maneira, a proteção social. Entretanto, a responsabilização da família na contemporaneidade constitui-se numa estratégia que resulta em desproteção social (Arcoverde; Alcantara; Bezerra, 2019, p. 183).

Com isso, é possível perceber o quanto o PCF contribui para o desenvolvimento infantil, auxiliando no cuidado e no vínculo afetivo. Por conseguinte, se destaca o papel da intersetorialidade do programa que deveria incluir diversos profissionais que auxiliam no cuidado da primeira infância como fundamental para o desenvolvimento do programa. No entanto, mesmo com resultados positivos, destacam-se desafios estruturais que ainda persistem como a formação dos visitadores, a dificuldade da integração entre saúde, educação e assistência social, recursos limitados e falta de engajamento das famílias. Esses desafios, que foram encontrados nas análises sobre o Criança Feliz, mostram a importância de investir na formação dos visitadores e na articulação entre saúde, assistência social e educação para superar os problemas estruturais e garantir um alcance cada vez maior de mais famílias.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender a importância do Programa Criança Feliz para o desenvolvimento integral de crianças até seis anos de idade, especialmente daqueles que vivem em situações de vulnerabilidade social. As visitas domiciliares oferecidas pelo programa são fundamentais para fortalecer o vínculo com as famílias e permitir um acompanhamento mais próximo do desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças.

A pesquisa identificou que o Programa Criança Feliz contribui para a garantia de diversos direitos essenciais, como saúde, educação e assistência social, reforçando seu compromisso com o pleno desenvolvimento infantil. Essas ações são fundamentais para que as famílias atendidas tenham acesso efetivo às políticas públicas essenciais.

Embora o programa apresente resultados positivos, ainda enfrenta desafios, como a necessidade de formação continuada dos visitadores, ampliação dos recursos disponíveis e maior engajamento das famílias. Conclui-se, portanto, que o programa representa uma política pública importante, que promove o cuidado, a proteção e o desenvolvimento das crianças na primeira infância. Sendo assim, o cuidado na primeira infância, além de ser de responsabilidade familiar, precisa ser assumido como um compromisso coletivo, garantido por meio de políticas públicas eficazes e sensíveis à realidade social.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Primeira Infância; Desenvolvimento Infantil.

REFERÊNCIAS

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; ALCANTARA, Elisa Celina de; BEZERRA, Josinete de Carvalho. A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 181–195, 2. sem. 2019. DOI: 10.12957/REP.2019.45221.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **A intersectorialidade na visita domiciliar: Programa Criança Feliz**. Brasília, DF: MDSA, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar**. 2. ed. Brasília, DF: MDS, 2017.

FERRARI, Edson José. **A primeira infância e os Tribunais de Contas: desigualdades**. 2. ed. Brasília: Instituto Rui Barbosa, 2024.

GAIA, Ronan da Silva Parreira; CÂNDIDO, Thais Peterossi; BARBOSA JÚNIOR, Washington de Bessa. O Programa Criança Feliz e suas contribuições para o desenvolvimento da criança na primeira infância: apontamentos sobre o caso de Ribeirão Preto/SP. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 112–125, jul./dez. 2019. DOI: 10.5902/2317175837746.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP